

## POLÍTICAS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E SAÚDE DESENVOLVIDAS PELO GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL, NO PERÍODO DE 1996-2000.

Fábio Germano Nedel (BIC-FAPERGS), Judite Sanson de Bem (orientadora), Leila Coimbra (pesquisadora) - Depto. de Economia/Centro de Ciências Contábeis, Econômicas e Administrativas/UCS - [fgnedel@ucs.br](mailto:fgnedel@ucs.br)

A partir da Constituição Federal de 1988 houve um crescente processo de descentralização de atividades, da esfera federal para estados e municípios. Nesta transferência de funções algumas se sobressaem, como saúde e educação fundamental. O município de Caxias do Sul, portanto, tem desde a metade dos anos 90, aumentado suas despesas com saúde e educação, ou seja, o governo federal tem repassado atribuições que anteriormente lhe eram pertinentes, desde o transporte escolar, merenda, pagamento de professores, atualização destes, livros, e outros. Para a execução destas atribuições o município recebe recursos, na forma de transferências \* carimbadas\*, provenientes do governo federal e estadual, e gradativamente, a partir de 2000, com a Emenda Constitucional nº. 29 o município é obrigado a aumentar o custeio da saúde com recursos próprios (impostos taxas e contribuições de melhorias arrecadadas internamente). No entanto, Caxias do Sul mesmo com todo o processo de descentralização e aumento de gastos nestas duas rubricas (saúde e educação fundamental), apresenta indicadores que não o classifica entre os vinte primeiros municípios do RS segundo o IDESE-FEE/RS. Além disso, apenas recentemente estão sendo implantados programas federais no município, o que dificulta uma maior atividade preventiva na saúde. Quanto ao grau de satisfação/conhecimento de alguns programas que o município desenvolve a pesquisa apresenta-se em fase de entrevistas preliminares.

Palavras-chave: políticas em educação fundamental e saúde, Caxias do Sul, despesas e receitas municipais

Apoio: UCS, FAPERGS